

- REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)
- PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A lei de programação das infraestruturas e equipamentos para as forças e serviços públicos de segurança do MAI representou um enorme avanço que permitiu identificar e priorizar no país com maior eficácia e melhorando o planeamento rigoroso do investimento, mediante a adoção de planos plurianuais orientados para a satisfação de prioridades de segurança interna, dando melhores condições aos operacionais, modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna de forma a elaborar um plano de intervenções a realizar no âmbito da rede de infraestruturas e de equipamentos visando o planeamento plurianual para a área de investimentos, para a reabilitação de infraestruturas e para a modernização dos equipamentos, com aproveitamento de fundos.

Tal, configura a estratégia definida pela Lei de Programação, que tem vindo paulatinamente a cumprir a sua função e no Distrito de Santarém temos comprovado essa mesma eficácia de definição de prioridades e investimentos.

Foi assim, recentemente no Posto Territorial de Salvaterra de Magos, obra há muito desejada e necessária e que foi concluída no final de 2020, dando cumprimento ao plano de investimentos e que tivemos oportunidade de visitar e constatar que as medidas definidas quer para as novas instalações, quer para a melhoria dos espaços e de condições de trabalho, tal como a criação de um espaço para apoio à vítima e todas as condições de melhoria que permitem uma melhor eficiência para dar resposta em tempos em que os operacionais da GNR foram e são determinantes na manutenção da paz social e na prossecução do interesse público reforçado pelo combate à pandemia.

Contudo, os Deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém, tendo consciência da inscrição como prioridades da Lei de Programação, nomeadamente, o Posto Territorial da GNR de Alpiarça e o Destacamento Territorial da GNR de Coruche, ambos há muito inscritos como prioridades pelas condições insalubres e de enorme degradação em que se encontram. O Posto Territorial de Alpiarça, é um edifício centenário, onde a GNR está a funcionar desde os anos 50 e não reúne as condições mínimas de segurança ou de salubridade, para que as forças

de segurança possam desempenhar o seu trabalho e cumprir a sua missão com a dignidade que merecem. Há décadas que esta necessidade está identificada e também inscrita na lei de programação. A situação já era degradante, até porque estamos a falar de um quartel sem qualquer modernidade, como se pretende, sem qualquer enquadramento com as necessidades dos militares, nomeadamente das militares femininas, e conseqüentemente sem qualquer condição para habitabilidade (camaratas) e para servir a comunidade e cumprir a sua missão de proteção de pessoas e bens.

O Destacamento Territorial da GNR de Coruche, cuja obra de requalificação foi identificado como 1ª prioridade inscrita no Plano de Investimentos 2017-2021 ao abrigo da Lei de Programação, desde 2017 que está prevista a requalificação da infraestrutura e o edifício é património do Estado. Trata-se de uma necessidade identificada há mais de uma década, uma vez que é um edifício obsoleto, sem condições de salubridade e habitabilidade (nomeadamente nas camaratas) e os relatórios de vistoria identificam falta de obras que envolvem a infiltração de águas, ocorrência de curto-circuitos, bem como falhas estruturais que colocam em risco os profissionais e os cidadãos que recorrem ao posto.

Neste Sentido, e preocupados com as condições de trabalho, de salubridade e de bem estar e de segurança que se agravam pelas condições degradadas das infraestruturas, a que os militares estão sujeitos, o que acresce ainda mais na altura pandémica que vivemos, vêm os Deputados do PS, abaixo assinados, requerer ao MAI, nos termos regimentais e constitucionais:

1. Em relação a Alpiarça, estando identificado como prioridade na Lei de Programação desde 2017, qual o ponto de situação para a reabilitação do quartel que permita definitivamente dar as condições de trabalho necessárias e adequadas à luz do nosso tempo aos militares que diariamente dão o seu melhor, nas piores condições de habitabilidade.
2. Em relação a Coruche, atendendo à Portaria n.º 744/2020 que “concede autorização à Secretaria geral da Administração Interna para assumir os encargos orçamentais relativos à empreitada de obras de reabilitação e adaptação das instalações do Destacamento Territorial da GNR de Coruche” e que já existe projeto para o mesmo e aos esforços articulados com a autarquia para a realização do mesmo, para quando o lançamento do concurso e previsão de início da obra?
3. Está previsto reforço de operacionais para o Distrito de Santarém, respetivamente para os postos de Salvaterra de Magos, Alpiarça e Coruche ?

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2021

Deputado(a)s

MARA COELHO(PS)

HUGO COSTA(PS)

ANTÓNIO GAMEIRO(PS)

MANUEL DOS SANTOS AFONSO(PS)